



PARTICIPAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA É FUNDAMENTAL PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO NO PAÍS

INFRAESTRUTURA E CONCESSIONÁRIAS DE ÁGUA E ESGOTO
SE UNEM EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

PH Freitas/CBIC



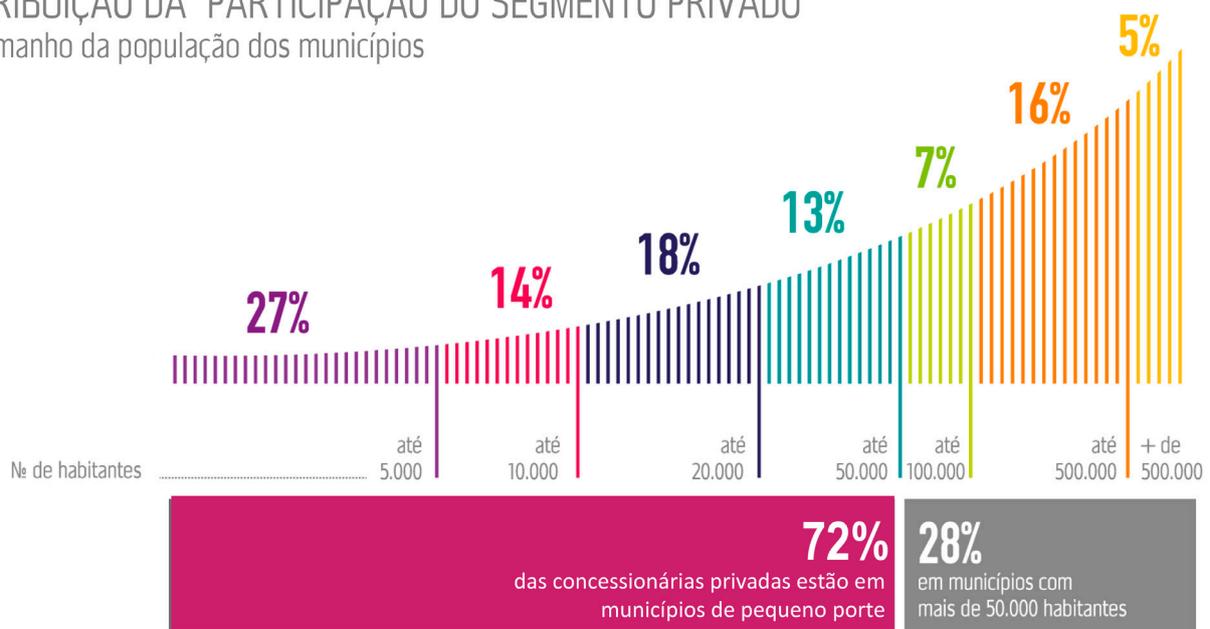
Alexandre Ferreira Lopes (Abcon/Sindcon) e Carlos Eduardo Lima Jorge (COP/CBIC) na reunião da Comissão de Infraestrutura da CBIC

Dados de 2015 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, revelam que 35 milhões de pessoas não têm acesso à água tratada no Brasil e que mais de 100 milhões de brasileiros não têm acesso à coleta de esgotos. Indica ainda que apenas 42,67% dos esgotos gerados são tratados. Buscando melhorar esses números e aprimorar a contribuição do setor da construção para o desenvolvimento do saneamento no País, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio da sua Comissão de Infraestrutura (COP), está estabelecendo uma pauta de ação conjunta com a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon) e o Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Sindcon) em defesa do desenvolvimento mais rápido e eficiente dos serviços

de saneamento do País. “Estamos apostando nas parcerias (PPPs e concessões) para estimular a área”, destaca o presidente da COP/CBIC, Carlos Eduardo Lima Jorge.

Segundo Lima Jorge, é pífia a reserva de cerca de R\$ 2 bilhões para o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) no Orçamento Geral da União de 2018 enquanto a necessidade é de R\$ 54 bilhões. “Ninguém desconhece a crise fiscal e as restrições orçamentárias a que o País está submetido, mas não dá para aceitar esse tipo de tratamento, principalmente para as obras de saneamento”, menciona. “Estamos trabalhando na direção de parcerias, concessões ou locação de ativos que podem dar desenvolvimento e estímulo para a área de saneamento. Apostar nas PPPs pode garantir ao governo melhoria na gestão dos seus recursos e maior eficiência nos seus limitados investimentos”, completa.

DISTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO PRIVADO por tamanho da população dos municípios



Fonte Abcon/Sindcon

O cenário atual do saneamento, bem como a participação privada nos investimentos do setor foram amplamente debatidos durante reunião da COP/CBIC ontem (21/09), em Brasília, com a presença do diretor da Abcon e presidente do Sindcon, Alexandre Ferreira Lopes, entidades de âmbito nacional que representam as concessionárias privadas de água e esgoto no país.

INICIATIVA PRIVADA NO SANEAMENTO

Alexandre Lopes destacou os pontos que a Abcon vem defendendo para criar melhores condições para a participação privada brasileira no saneamento. Chamou atenção para o fato de que o primeiro contrato de concessões no Brasil ocorreu em 1996 e, em 20 anos, apenas 6% do mercado é formado por prestadoras de serviços privados. Elas estão localizadas em 322 municípios de 18 estados brasileiros e beneficiam cerca de 30 milhões de pessoas. Das prestadoras, segundo Lopes, 70% são companhias estaduais e 24% prestadores locais. As concessionárias privadas totalizam 264 contratos, sendo 139 de concessão plena, 27 de concessão parcial, 16 PPPs, uma subdelegação, três locações de ativos e 78 de assistência técnica.

No que se refere à distribuição da participação do segmento privado por tamanho da população dos municípios, o executivo informou que 72% das PPPs estão em municípios de pequeno porte, com

menos de 50 mil habitantes, e 28% em municípios com mais de 50 mil habitantes (ilustração acima). “Esses dados derrubam o mito de que entidades privadas não têm interesse no município de pequeno porte e que ele não é viável”, disse.

Segundo Alexandre Lopes, um dos entraves que impede a participação da iniciativa privada nos investimentos tem sido a insegurança jurídica nas regiões metropolitanas, em razão da disputa de titularidade dos serviços. Além disso, há também questões como o aprimoramento da isonomia competitiva, as definições do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), a falta de regulação, o melhor compartilhamento de recursos públicos e privados e a baixa aprovação dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). Para cada uma delas, a Abcon tem apresentado propostas.

Para o presidente da COP/CBIC, a decisão de formar uma pauta comum entre os setores vai dar mais força para a área de saneamento, campo fértil de trabalho para as empresas do setor. “Vamos trabalhar juntos para dar segurança jurídica às empresas e condições para que estejam presentes”, finaliza Lima Jorge.

Integra da apresentação realizada durante a participação do Alexandre Ferreira Lopes, pode ser acessada no site da CBIC, na área da COP/CBIC. [Clique aqui](#) para conferir.

RUMOS DO FGTS PARA O PERÍODO DE 2018 A 2021 COMEÇAM A SER DEFINIDOS

GRUPO DE APOIO PERMANENTE AO CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA SINALIZA MANUTENÇÃO DOS RECURSOS ATUAIS PARA HABITAÇÃO POPULAR

Divulgação



Já está em discussão, por solicitação do Ministério das Cidades, o Orçamento Plurianual do Fundo de Garantia do Tempo Serviço (FGTS) de 2018 a 2021. A boa notícia é de que há uma sinalização de que os recursos para habitação popular em 2018 permanecerão nos mesmos níveis praticados em 2016 e 2017, trazendo maior tranquilidade para as empresas e pessoas interessadas em adquirir seus imóveis que utilizam recursos do Fundo de Garantia. A única diferença, segundo o economista Luís Fernando Melo Mendes, representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) no Grupo de Apoio Permanente ao Conselho Curador do FGTS (GAP/CCFGTS), é que nos anos anteriores a tentativa era sempre a de aumentar esse orçamento. “Ele estava numa crescente bastante expressiva e nesse momento a nossa intenção é tentar torná-lo constante. Não deve haver aumento,

mas esperamos que também não caia”, destacou.

“Embora ainda em fase inicial de discussão no GAP/CCFGTS, essa sinalização é positiva, porque indica o forte propósito do Conselho Curador e de seus técnicos em continuar contribuindo para a recuperação da atividade econômica, com geração de emprego e renda, sempre observando a sustentabilidade do Fundo.

Segundo o técnico, ainda há muito o que ser definido sobre o tema, mas um dos pontos que serviu de base para iniciar as conversas é a decisão do grupo de querer evitar que os recursos do FGTS sofram oscilações tanto para cima quanto para baixo, de maneira muito brusca, por questões conjunturais em busca de perenidade em suas ações.

As outras áreas, que envolvem infraestrutura urbana, saneamento e habitação de mercado também vão ter recursos. A intenção é que, somado à habitação popular, chegue a um orçamento de R\$ 82 bilhões.

Indiscutível a relevância do FGTS para a conjuntura atual de dificuldade do orçamento público, por isso uma das questões que tem sido levada em consideração sobre o futuro do Fundo é de que também nas simulações que estão sendo feitas haja garantia de que os parâmetros de

sustentabilidade definidos na Resolução 702/2012 do CCFGTS sejam mantidas. Ainda assim, há expectativa de discutir, posteriormente, avanços para essa resolução.

Não há dúvida de que quando o País voltar a crescer, e espera-se que isso ocorra brevemente, a arrecadação líquida do Fundo de Garantia (arrecadação bruta menos saques), bem como o retorno de suas operações também volte a crescer, permitindo que o Fundo possa eventualmente elevar seus orçamentos.



**WORKSHOP
IMPLEMENTAÇÃO DO BIM
BRASÍLIA-DF**

Um evento esclarecedor sobre a metodologia que está mudando a forma de construir.
O BIM é uma revolução. Você não pode ficar de fora.

TERÇA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2017, DAS 13H30 ÀS 18H
LOCAL: SINDUSCON-DF - SIA TRECHO 2/3 LOTE 1.125 - 3º ANDAR - BRASÍLIA-DF

PROGRAMAÇÃO

- 13h30** Café de boas-vindas e registro dos participantes
- 14h00** Abertura - Apresentação do Projeto CBIC de Disseminação do BIM
Dionyzio Klavdianos
Presidente da COMAT/CBIC
- 14h10** Apresentação da Coletânea BIM - CBIC
- 15h10** O Papel dos Desenvolvedores de Softwares BIM
- 16h10** *Coffee break*
- 16h30** Empresa de Serviços Especializados
- 16h50** Experiências bem-sucedidas de empresas do segmento
- 17h30** Debate

Valores:
Não associado Sinduscon-DF: **R\$ 100,00** - Associado Sinduscon-DF e estudante: **R\$ 50,00**
CLIQUE E INSCREVA-SE: WWW.SINDUSCONDF.ORG.BR

realização: **SINDUSCON-DF**

promoção: **SENAI** **CBIC 60**
Iniciativa de CNI - Confederação Nacional de Indústria ETICS

apoio: **ADEMI** **ASBRACO** **CAU/DF** **CEnB** **CREA-DF** **SENCE DF**
Associação de Arquitetos e Urbanistas do Distrito Federal Associação Brasileira de Empresas de Engenharia Associação dos Arquitetos e Urbanistas do Distrito Federal Associação Brasileira de Engenharia Associação Brasileira de Engenharia de Estruturas

SEGURANÇA JURÍDICA É TEMA PRINCIPAL DO II SEMINÁRIO JURÍDICO CBIC

**EVENTO MOBILIZA IMPORTANTES ATORES DO JUDICIÁRIO, EM DEBATE DE ALTO NÍVEL
NA CIDADE DE SALVADOR. NA PROGRAMAÇÃO, DISTRATO, SUBEMPREITA
E OUTROS TEMAS SENSÍVEIS PARA O SETOR**

PH Freitas/CBIC



José Carlos Gama, presidente do CONJUR da CBIC.

Setores fortemente prejudicados pela crise e que ainda mantêm desempenho negativo, apesar dos primeiros sinais de reação positiva da economia, a construção civil e o mercado imobiliário estão mobilizados para induzir uma melhoria no ambiente de negócios no Brasil, com vistas à recuperação do setor. Nessa agenda estratégica, a insegurança jurídica vem exigindo esforço de dirigentes e empresários com vistas a restabelecer a confiança e reconquistar o apetite do empreendedor. Os efeitos negativos da retração do investimento e da dificuldade de acesso ao crédito, especialmente sobre o mercado imobiliário, têm sido aprofundados pela judicialização de diversos temas, tornando o diálogo com o poder Judiciário iniciativa inadiável.

“É importante esclarecer ao juiz a realidade do nosso setor, para mostrar que muitas vezes, na função de intérprete da lei, o juiz o tem feito

de forma equivocada, trazendo consequências devastadoras no mercado”, afirma José Carlos Gama, presidente do Conselho Jurídico (CONJUR) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). “Esse diálogo, respeitoso e elevado, é fundamental”, acrescenta. A CBIC tem atuado para reduzir o litígio na construção civil e no mercado imobiliário, tendo como premissa o respeito aos contratos e um melhor equilíbrio entre as partes. “Há uma verdadeira indústria que se alimenta da judicialização. É preciso acabar com isso e, para tanto, há que construir um diálogo institucional franco, aberto e permanente”, endossa José Carlos Martins, presidente da CBIC.

Esse é o objetivo principal da segunda edição do Seminário Jurídico CBIC – Construindo o Direito, que será realizado no dia 6 de outubro, das 08h às 18h30, na Casa do Comércio, em Salvador

(BA). Parceria da CBIC com o Sinduscon-BA, Ademi-BA e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o evento traz como tema A Insegurança Jurídica na Construção Civil, que será explorado em quatro painéis (veja a programação completa abaixo). A expectativa do CONJUR é mobilizar dirigentes, empresários e profissionais dos diversos ramos do Direito com atuação na construção civil e no mercado imobiliário.

DEBATE QUALIFICADO

A programação está ancorada em temas do Direito Tributário, Trabalhista, Civil/Consumerista e Constitucional/Administrativo. A palestra inaugural será proferida pela ministra Eliana Calmon, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que abordará a questão do *compliance*. No campo do Direito Tributário, serão discutidos temas como o RET e a incidência do ICMS sobre a construção civil, com a participação do Desembargador Cid Marconi, do Tribunal Regional Federal (TRF), e do

doutrinador Humberto Ávila. No campo do Direito Trabalhista, será discutida a terceirização e a subempreita à luz da reforma trabalhista aprovada pelo Congresso Nacional, com palestra do ministro Cláudio Brandão, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Tema de grande importância para o mercado imobiliário, o distrato será discutido em outro painel do II Seminário Jurídico CBIC, com a participação do doutrinador e ex-desembargador Sylvio Capanema, do Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ). O evento terá, ainda, painel dedicado ao debate em torno da mediação e arbitragem como instrumentos para a redução do litígio, com a participação do ex-ministro Ilmar Galvão, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Todos os painéis abrirão espaço para perguntas dos participantes.

PROGRAMAÇÃO

08:00 - 08:30	Credenciamento
08:30 - 09:30	Abertura
09:30 - 10:00	PALESTRA INAUGURAL
TEMA:	Ética e <i>compliance</i> : O papel do Judiciário na garantia da segurança jurídica na Construção Civil Eliana Calmon Alves, Ministra do Superior Tribunal de Justiça
10:00 - 11:30	PAINEL DE DIREITO TRIBUTÁRIO
TEMA:	Insegurança Jurídica na tributação sobre o RET (Regime Especial de Tributação) pós-Incorporação; tratamento do ICMS, na Construção Civil, na compra e venda Interestadual, após o advento da Emenda Constitucional 87/2015 Palestrante em Conferência: Prof. Adv. Humberto Ávila Palestrante em Debate: Des. Cid Marconi, Tribunal Regional Federal da 5ª Região
11:30 - 11:45	Coffee Break
11:45 - 13:15	PAINEL DE DIREITO TRABALHISTA
TEMA:	Insegurança Jurídica na terceirização em contrato de empreitada Palestrante em Conferência: Min. Cláudio Brandão, Tribunal Superior do Trabalho Palestrante em Debate: José Carlos Martins, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção
13:15 - 14:45	Almoço
14:45 - 16:15	PAINEL DE DIREITO CIVIL/CONSUMERISTA
TEMA:	Insegurança Jurídica observada na resolução unilateral do contrato de venda e compra de Imóveis versus a Irrevogabilidade e na Irretroatividade contratual prevista na Lei de Incorporações Imobiliárias Palestrante em Conferência: Prof. Adv. Sylvio Capanema Palestrante em Debate: a confirmar
16:15 - 16:30	Coffee Break
16:30 - 18:00	PAINEL DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO
TEMA:	Mediação e Arbitragem em obras públicas e a redução dos conflitos judiciais - remédio para a Insegurança Jurídica Palestrante em Conferência: Min. Ilmar Galvão Superior Tribunal Federal Palestrante em Debate: Min. Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, Tribunal Superior Eleitoral
18:00 - 18:30	Encerramento

SINDUSCON-MA REALIZA FÓRUM DE CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM SÃO LUÍS (MA)

EVENTO CONTRIBUIRÁ PARA A CAPACITAÇÃO DE INVESTIDORES E REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO SOBRE O TEMA



FASE III - CONCESSÕES E PARCERIAS
Entenda e Amplie as Oportunidades de Negócios
São Luís, 26 de setembro de 2017



Realização  **Promoção**  **CBIC**  **Fabio Nahuz**
Presidente Sinduscon-MA

O evento promovido em parceria com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e o Senai Nacional contará com a presença de Fábio Nahuz (Sinduscon-MA), Antônio Gil (Caixa), Carlos Eduardo Lima Jorge (CBIC), Antônio Nunes (Secretaria de Estado do Governo do Maranhão), e o responsável pelas PPPs e Concessões do município de São Luís, Marcos George.

Na primeira parte do evento, o foco será conhecer e entender a visão do Estado e do Município para o tema das PPPs e Concessões, além da exposição do *pipeline* de projetos local, que poderá atrair o interesse dos investidores, com vistas a despertar para as oportunidades, criando uma sinergia produtiva e organizada entre os setores público e privado, tornando o

Maranhão cada vez mais apto ao desenvolvimento de maneira segura e sustentável.

A capacitação em Concessões e PPP's será ministrada pela doutora, mestre e especialista em Direito Administrativo Angélica Petian do escritório VG&P Law. O encontro ocorrerá entre 8h30 e 13h, no Salão Nobre da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA)

Antonio Gil Padilha Bernardes da Silveira, diretor executivo, diretoria de Saneamento e Infraestrutura e Negócios com o Governo, fará exposição sobre a atuação da Caixa no programa de apoio às concessões municipais, em parceria com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), com um tempo reservado para

discussões, perguntas e debates junto ao público presente.

Por fim, haverá a exposição de um estudo de caso prático da PPP de Saneamento do Piauí, para que os participantes possam entender os principais desafios de estruturar e gerir um projeto de grande impacto para a sociedade.

O objetivo do evento é contribuir para a construção de diálogo franco entre investidores, executivo, legislativo e órgãos de controle e visa tornar mais eficiente o processo de proposta, avaliação, aprovação e construção de projetos de PPPs e Concessões na região.

Para maiores informações e inscrições, [clique aqui](#).

FASE III – Concessões e Parcerias Entenda e Amplie as Oportunidades de Negócios



Receber o Fórum de Concessões e PPPS no Maranhão é contribuir para o desenvolvimento econômico e social de nosso Estado. Acreditamos que as Parcerias Público-Privadas são um instrumento de combate à crise e proporcionam novas oportunidades de negócios para a construção civil.

Temos cerca de 14mil empresas de construção civil em todo o Estado e em São Luís 6.000, precisamos abrir o seu leque de atuação; as PPPS são um caminho pois colabora para superação de problemas de infraestrutura urbana que são de interesse público e coletivo.

Agradecemos a CBIC pela iniciativa em levar essa temática para todo o Brasil e esperamos que este fórum possa contribuir para ampliação do número de empresas nos projetos de concessões e garantir o sucesso dos empreendimentos.

Local:

Salão Nobre da FIEMA, 5º Andar,
localizado na Avenida Jerônimo de
Albuquerque, s/n, Casa da Indústria
Albano Franco, Bequimão, São Luís,
Maranhão

Data:

26 de Setembro de 2017

Horário:

8h30 às 13h00

Informações:

98 99148 6380

REALIZAÇÃO



PROMOÇÃO



APOIO



APOIO ESPECIAL



PARCEIRO



Financiamento imobiliário - Brasil

Recursos SBPE

Financiamento imobiliário - valores

Acumulado 12 meses	Valores financiados R\$ bilhões
Ago/15 a Jul/16	51,26
Ago/16 a Jul/17	44,98
Variação % neste período	-12,2

Fonte: Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).
 SBPE: Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.
 Obs.: Volume de empréstimos para aquisição e construção.

Financiamento imobiliário - Unidades

Acumulado 12 meses	Unidades financiadas (mil)
Ago/15 a Jul/16	231,43
Ago/16 a Jul/17	180,87
Variação % neste período	-21,8

Fonte: Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).
 SBPE: Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.
 Obs.: Refere-se a aquisição e construção.

AGENDA



25 de setembro

WORKSHOP TÉCNICO: ÁREAS CONTAMINADAS REGIONAIS SINDUSCON-SP
 Horário: 08h às 12h20

Local: Centro de Convenções Condomínio Praça Capital - Av. José Rocha Bonfim, nº 214 - Edifício Nova York Center Santa Genebra - Campinas/SP



28 de setembro

O FUTURO DA MINHA CIDADE
 Horário: 19h às 22h30
 Local: Campo Grande (MS)



27 a 29 de setembro

ENCONTRO NACIONAL DOS SECONCIS (ENSE)
 LOCAL: Hotel Mercure – Barra da Tijuca – Avenida do Pepê, 56



03 de outubro

WORKSHOP TÉCNICO: ÁREAS CONTAMINADAS REGIONAIS SINDUSCON-SP
 Local: Santos – São Paulo
 Informações pelo email:
cerimonial@sindusconsp.com.br



06 de outubro

II SEMINÁRIO JURÍDICO CBIC – CONSTRUINDO O DIREITO

Horário: 8h às 18h30
 Local: Auditório do 3º andar da Casa do Comércio – Av. Tancredo Neves, 1109 – Pituba – Salvador (BA)



18 de outubro

ROADSHOW BIM
 Horário: 7h30 às 12h
 Local: Sinduscon-MT – Avenida Tancredo Neves, 93 – 2º andar – Bairro Jardim Petrópolis – Cuiabá (MT)

EXPEDIENTE:

Presidente da CBIC: José Carlos Martins
 Equipe de Comunicação:
 Docia de Oliveira – coordenacao.comunicacao@cbic.org.br
 Ana Rita de Holanda – jornalista@cbic.org.br
 Sandra Bezerra – comunica@cbic.org.br
 Paulo Henrique Freitas de Paula – arte@cbic.org.br
 Carmen Cunha – redacao@cbic.org.br

Vando Barbosa - Coordenador de Marketing - marketing@cbic.org.br
 Projeto Gráfico: Radiola
 Diagramação: Paulo Henrique Freitas de Paula
 Telefone: (61) 3327-1013